

II - valor financeiro máximo desta oferta: R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), observado que, de um mesmo título/vencimento, cada instituição financeira poderá adquirir, no máximo, 100% do valor de sua(s) proposta(s) aceita(s);

III - preços unitários de venda: os informados pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab), às 11:30 horas de 23/1/2024, na página do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) na internet (www.rtm.selic.gov.br);

IV - divulgação do resultado: 23/1/2024, a partir das 12:30 horas;

V - data de liquidação da venda: 24/1/2024; e

VI - data de liquidação da revenda: 24/4/2024.

2. Na formulação das propostas, limitadas a 3 (três) por instituição, deverão ser informados o percentual, com 4 (quatro) casas decimais, a ser aplicado sobre o fator diário da taxa Selic deduzido de uma unidade e o valor financeiro, em milhares de reais.

3. As propostas deverão ter curso na aba Ofpub/Ofdealer do Selic, opção "Lançamento" do submenu "Operações Compromissadas".

4. O resultado será apurado pelo critério de percentual único, acatando-se todas as propostas com percentual igual ou inferior ao percentual máximo aceito pelo Banco Central do Brasil, o qual será aplicado a todas as propostas vencedoras.

5. A instituição com proposta aceita deverá informar ao Demab, até as 16:00 horas de 23/1/2024, o vencimento e o valor financeiro de cada um dos títulos objeto de sua compra, utilizando o módulo "Lastro" do Selic.

6. O preço unitário da revenda será calculado com a seguinte fórmula:

n m

$P_{Urevenda} = P_{Uvenda} \times P \{[(f - 1) \times S/100] + 1\} - C_{J1} \times P \{[(f - 1) \times$

$k=1$

q

$S/100] + 1\} - C_{J2} \times P \{[(f - 1) \times S/100] + 1\}$

k=1

em que:

I - $P_{Urevenda}$ corresponde ao preço unitário de revenda do título ao Banco Central do Brasil na data do compromisso, arredondado na oitava casa decimal;

II - P_{Uvenda} corresponde ao preço unitário de venda do título pelo Banco Central do Brasil, conforme definido no primeiro parágrafo, inciso III;

III - f corresponde ao fator diário da taxa Selic, divulgado pelo Banco Central do Brasil, relativo ao k-ésimo dia útil;

IV - S corresponde ao percentual definido no quarto parágrafo;

V - n corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de liquidação da venda, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VI - C_{J1} corresponde ao primeiro cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

VII - m corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VIII - C_{J2} corresponde ao segundo cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

IX - q corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do segundo cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive; e

X - P corresponde ao produtório.

7. Não havendo pagamento de cupom de juros durante a vigência do compromisso, os valores " C_{J1} " e " C_{J2} " contidos na fórmula definida no sexto parágrafo serão iguais a zero.

8. As operações de que tratam este Comunicado devem ser registradas no Selic sob o código 1047.

ANDRÉ DE OLIVEIRA AMANTE
Chefe

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 5º Termo Aditivo ao Contrato CNMP nº 2/2020. Processo: 19.00.6180.0004325/2023-56. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: VIP SERVICE CLUB LOCADORA E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 02.605.452/0001-22. Finalidade: I - Reajustar o valor do Contrato CNMP nº 2/2020, com efeitos retroativos a 30/4/2023, em 4,18% (quatro vírgula dezoito por cento), com base no IPCA de abril de 2023, referente ao acumulado em 12 (doze) meses, nos termos da Cláusula Sexta do contrato original, alterada pelo 2º Termo Aditivo; e II - Prorrogar o prazo de vigência do Contrato CNMP nº 2/2020 por 12 (doze) meses, compreendendo o período entre 13/2/2024 e 13/2/2025, nos termos previstos na Cláusula Segunda do contrato original. Valor do Termo: R\$ 101.308,24 (cento e um mil, trezentos e oito reais e vinte e quatro centavos). Data de Assinatura: 23/1/2024. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 1000000000. Natureza da Despesa: 33903305 (Locomoção Urbana). Nota de Empenho: 2024NE000054. Signatário da Contratante: FABIANA BITTENCOURT GARCIA SOARES DE LIMA, CPF nº XXX.196.836-XX. Signatário da Contratada: ANDREIA DA SILVA LIMA, CPF nº XXX.578.858-XX.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato CNMP nº 5/2023. Processo: 19.00.6130.0005741/2023-16. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: R MORAES AGÊNCIA DE TURISMO LTDA. CNPJ: 06.955.770/0001-74. Finalidade: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato CNMP nº 5/2023 por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 9/3/2024 a 9/3/2025, nos termos previstos na Cláusula Quinta do contrato original. Valor do Termo: R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais). Data de Assinatura: 22/1/2024. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 1000000000. Natureza da Despesa: 33903301 (Passagens para o país). Nota de Empenho: 2024NE000007. Signatário da Contratante: FABIANA BITTENCOURT GARCIA SOARES DE LIMA, CPF nº XXX.196.836-XX. Signatário da Contratada: GEAN RICARDO MORAES, CPF nº XXX.169.099-XX.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024 - UASG 200009

Nº Processo: 32780042953202363. Objeto: Aquisição de materiais de copa e cozinha.. Total de Itens Licitados: 25. Edital: 24/01/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 616, Ed. Sede do Mpdft, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/200009-5-90003-2024>. Entrega das Propostas: a partir de 24/01/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 05/02/2024 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

CRISTIANO COSTA MAGALHAES
Secretário de Licitação Substituto

(SIASgnet - 22/01/2024) 200009-00001-2024NE000001

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE CONVÊNIO

Procuradoria-Geral de Justiça

ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica nº CONV 002/2024. Processo SEI MPDFT nº 19.04.5918.0011001/2023-25. CONVENIENTES: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, CNPJ: 26.989.715/0002-93; Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte - TJRN, CNPJ: 08.546.459/0001-05. OBJETIVO: troca de conhecimento sobre inovações tecnológicas e suas aplicações no ambiente jurídico, e cessão do software "GPS Med" para que o MPDFT possa agregar conhecimento sobre as expressões regulares já elaboradas no sistema. CUSTOS: Não há repasse de recursos financeiros entre os partícipes. VIGÊNCIA: 22/1/2024 a 21/1/2029. SIGNATÁRIOS: MPDFT: Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur, Procurador-Geral de Justiça; TJRN: Amílcar Maia, Desembargador Presidente. DATA DE ASSINATURA: 22/1/2024. GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR- PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2020. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa EDITORA FÓRUM LTDA. CNPJ: 41.769.803/0001-92. Objeto: a) prorrogar o prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses; e b) reajustar o valor do contrato em 5,19% (cinco vírgula dezoito por cento). Vigência: 27/03/2024 a 26/03/2025. Data de Assinatura: 29/12/2023. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 58.096,44. Valor Global do Contrato: R\$ 186.882,52. Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração; e pela Contratada, a Senhora MARIA AMÉLIA CORRÊA DE MELLO. Processo MPF/PGR: 1.00.000.015508/2019-75.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 100/2023. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa AOVIS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A. CNPJ: 05.555.382/0001-33. Objeto: Contratação de 4 (quatro) licenças de uso da plataforma Alura, para 2 (dois) servidores da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde - SSI/SG, e 2 (dois) servidores da Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social - SEPLAN. Modalidade: Inexigibilidade de Licitação. Valor Total: R\$ 5.280,00. Vigência: 08/01/2024 a 07/04/2025. Data de Assinatura: 08/01/2024. Signatários: pelo Contratante, DAVI LUCAS BOIS, Secretário de Administração Adjunto; e pela Contratada, o Senhor ADRIANO HENRIQUE DE ALMEIDA e o Senhor BRUNO CZERMANSKI KLASSMANN. Processo MPF/PGR: 1.00.000.007647/2023-10.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 73/2023. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA. CNPJ: 60.501.293/0001-12. Objeto: Contratação de assinatura para acesso à plataforma Biblioteca Digital ProView, compreendendo o fornecimento de 100 (cem) acessos simultâneos ao conteúdo digital de forma on-line pela Internet, por meio de autenticação segura por números de Internet Protocol (IP). Modalidade: Inexigibilidade de Licitação. Valor Total: R\$ 71.652,72. Vigência: 29/12/2023 a 28/12/2025. Data de Assinatura: 29/12/2023. Signatários: pelo Contratante, DAVI LUCAS BOIS, Secretário de Administração Adjunto; e pela Contratada, o Senhor RICARDO TOMMASI FILHO e a Senhora JULIANA MAYUMI OSHIRO ONO. Processo MPF/PGR: 1.00.000.007408/2023-51.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO. Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS e o CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MACEIÓ - UNIMA Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 3 anos. Data e assinatura: 19/01/2024. ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM, Procuradora-Chefe e GUSTAVO ALFREDO CORDEIRO FERREIRA DE ARRUDA, Reitor.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: QUARTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 1/2021 P.A. n.º 1.21.000.001437/2020-37. Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República em Estado de Mato Grosso do Sul. Contratada: Refripar - Comércio e Refrigeração Ltda. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato 01/2021, por mais 06 (seis) meses, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, caso haja interesse das partes, nos termos no Art. 57, Inc. II, da Lei 8.666/93. Valor Global Estimado: 362.177,43 (trezentos e sessenta e dois mil, cento e setenta e sete reais e quarenta e três centavos). Elemento de Despesa: 3.3.90.39. Programa de Trabalho: 03.062.0581.4264.0001. Vigência: 01/03/2024 a 31/08/2024. Data da Assinatura: 22/01/2024. Assinam: Déborah Jeffery de Oliveira, Secretária Estadual Substituta, pela Contratante; Edilson Diniz Ortiz, Sócio-Proprietário, pela Contratada. Ratificação da Autoridade Superior: Luiz Eduardo Camargo Outeiro Fernandes.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 1/2024. PROCESSO Nº 1.27.005.000054/2023-21. CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Piauí. CONTRATADA: MAURITANIA CUSTODIO MACIEL. OBJETO: contrato de fornecimento de água mineral para sede da Procuradoria da República no Município de Corrente. VIGÊNCIA: 01/01/2024 a 31/12/2024. PREÇO GLOBAL: R\$ 1.500,00. MODALIDADE: Dispensa de Licitação. NOTA DE EMPENHO: nº 2024NE000001. ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30. SUBITEM: 07 - Gêneros de alimentação. DATA DA ASSINATURA: 11/01/2024. SIGNATÁRIOS: Leonardo Braga Silveira, Secretário Estadual da PR/PI, pela Contratante, e Maurítania Custodio Maciel, Representante Legal, pela Contratada. APROVAÇÃO: Marco Aurélio Alves Adão, Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL e a UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 3 anos. Data e assinatura: 19/01/2024. FELIPE DA SILVA MULLER, Procurador-Chefe da PRRS e MARIA DE FÁTIMA COSSIO, Pró Reitora.



EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL e a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Objeto: Proporcionar a preparação do estágio para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 3 anos. Data e assinatura: 19/01/2024. FELIPE DA SILVA MULLER, Procurador-Chefe da PRRS e DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Espécie: 1º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 10/2022 PGEA nº 1.36.000.000960/2022-85. Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Tocantins, e a Arcade Tecnologia Projetos e Engenharia Ltda. (CNPJ nº 00.850.974/0001-64). Objeto: reajuste do valor mensal do contrato nº 10/2022, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistema de circuito fechado de TV na Sede da Procuradoria da República no Tocantins, mediante aplicação do IPCA/IBGE do período: OUT/2022 a SET/2023. Modalidade de licitação: Pregão eletrônico. Data da assinatura: 23/01/2024. Assina: Georgete Cardoso Pereira Maia, Secretária Estadual, pela Contratante.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Processo PRT 1ª Região PGEA nº 20.02.0100.0003428/2023-49. Segundo Termo Aditivo do Contrato nº 05/2022, que tem como objeto a prestação de serviços de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva para 01 (uma) plataforma elevatória vertical destinada ao transporte de passageiros marca MONTELE Elevadores, Linha PL-200 instalada no Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região. Contratada: EXCEL ELEVADORES LTDA, CNPJ nº 02.590.254/0001-32. Objeto: alterar a cláusula quinta, que trata da vigência. Fundamento Legal: art. 57, inciso II da Lei nº 8666/1993. Data da Assinatura: 19/12/2023. Signatários: Dr. Fabio Goulart Villela, Procurador-Chefe, pela Contratante, e Marcos Secioso de Sá, Sócio Diretor, pela Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Processo PRT 1ª Região PGEA nº 20.02.0100.0003092/2023-03. Quinto Termo Aditivo do Contrato nº 03/2021, que tem como objeto a prestação de serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização, Copeiragem, Jardinagem e Suporte Operacional na PRT 1ª Região e a prestação do serviço mensal de Limpeza, Roça e Capina, Higienização do arquivo morto e Dedetização da antiga sede da PTM de Campos dos Goytacazes e terreno anexo. Contratada: CENTROSERV SERVIÇOS TÉCNICOS DE RECURSOS HUMANOS LTDA., CNPJ nº 03.575.979/0001-14. Objeto: alterar as cláusulas quinta e sexta, que tratam, respectivamente, da vigência e da garantia. Fundamento Legal: art. 57, inciso II da Lei nº 8666/1993. Data da Assinatura: 11/12/2023. Signatários: Dr. Fabio Goulart Villela, Procurador-Chefe, pela Contratante, e Antônio Gomes da Silva Neto, Sócio Administrador, pela Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Processo PRT 1ª Região PGEA nº 20.02.0100.0001562/2023-88. Quinto Termo Aditivo do Contrato nº 05/2019, que tem como objeto a prestação de serviços de limpeza e higienização dos reservatórios de água, compreendendo limpeza mecânica, desinfecção, análise bacteriológica, Certificação de Garantia e Relatório de Vitória. Contratada: AMC CONTROLE DE PRAGAS E VETORES URBANOS LTDA. EPP, CNPJ nº 22.320.757/0001-03. Objeto: alterar a cláusula segunda, que trata do valor. Fundamento Legal: art. 57, inciso II da Lei nº 8666/1993. Data da Assinatura: 12/12/2023. Signatários: Dr. Fabio Goulart Villela, Procurador-Chefe, pela Contratante, Cícero Martins de Melo Corrêa e Cosme José Mendes Barros, Sócios, pela Contratada.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 01/2024; CONTRATANTES: União Federal, por intermédio do Ministério Público do Trabalho/ Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região e a empresa PRIME SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, CNPJ nº 12.446.585/0001-57; PGEA 20.02.0200.0000915/2023-52; OBJETO: Prestação de serviços continuados de copeiragem (garçom e copeira), com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de profissionais uniformizados, materiais, equipamentos e utensílios, nas dependências da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região; FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93, a ser aplicada durante toda a sua vigência; PREÇO MENSAL FIXO: R\$ 11.662,85. VIGÊNCIA: 30 (trinta) meses, com início em 01/02/2024. ASSINATURA: 22/01/2024; Assinam: Vera Lúcia Carlos, Procuradora-Chefe, e o representante legal da contratada Romário Castro Fleuri.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 02/2024 - Processo nº 20.02.1200.0000742/2023-05. Contratante: Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região - CNPJ n. 26.989.715/0043-61. Contratada: Cordy Facilities Eireli, CNPJ n. 06.104.973/0001-57. Objeto: Prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de limpeza e conservação para atender a demanda da sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Chapéco/SC. Elemento de despesa: 339037-02. Nota de Empenho: 2024NE62, valor mensal de R\$ 4.737,50 (quatro mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), valor total anual de R\$ 56.850,00 (cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais). Fundamento legal: Lei 10.520 e Lei 8.666/93. Assinatura: 23/01/2024. Vigência: 01/02/2024 a 01/02/2025. Signatários: Piero Rosa Menegazzi, pela contratante, e Elisson Leandro Nazario, pela Contratada.

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

a) Processo: 006.169/2023-6; b) Espécie: Ata de Registro de Preços nº 9/2023, firmada em 28/12/2023, referente ao Pregão Eletrônico 47/2023; c) Objeto: registro de preço ofertado pelo Fornecedor Beneficiário; d) Órgão gerenciador: Tribunal de Contas da União; e) Órgão participante: Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e Conselho Nacional de Justiça; f) Vigência: 12 meses, contados de 29/12/2023 a 28/12/2024; g) Fornecedor: EQUINIX DO BRASIL SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA., CNPJ nº 03.672.254/0007-30; h) Autorização: Secretário-Geral de Administração do TCU, Senhor MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Processo: 036.390/2023-2; b) 1ª TA ao CT nº 35/2022, firmado em 28/12/2023, entre o TCU e a empresa ALFA E ÔMEGA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E EVENTOS LTDA, CNPJ nº 16.650.774/0001-06; c) Objeto: ALTERAÇÃO do contrato; d) Fundamento Legal: artigo 65, incisos I, alínea "b", da Lei nº 8.666/1993; e) Vigência: de 28/12/2023 a 25/03/2025; f) Valor: R\$ 671.580,80; g) NE nº 2023NE000047 de 11/12/2023; h) Signatários: pelo Contratante, MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE, e, pelo Contratado, ÉRIKA ROCHA FERREIRA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2024 - UASG 30001

Nº Processo: 004.771/2023-0. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma contínua, de serviços presenciais ou remotos de apoio a projeto e manutenção de software com práticas ágeis. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 24/01/2024 das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Setor de Administração Federal Sul; Lote 1, Sala 117, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/portal/30001-5-90006-2024>. Entrega das Propostas: a partir de 24/01/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 08/02/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

RENATO TEIXEIRA LEITE DE LA ROCQUE
Agente de Contratação

(SIASGnet - 23/01/2024) 30001-00001-2024NE000001

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE CONTRATO

a) Processo: 021.546/2023-1; b) Espécie: CT nº 1/2024, firmado em 15/01/2024, entre a REPRESENTAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (REP-ES) e a empresa ADSERVICON - ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS & CONTABILIDADE LTDA., CNPJ nº 09.489.558/0001-57; c) Objeto: prestação de serviços continuados de limpeza copeiragem e apoio administrativo, nas dependências da REP-ES; d) Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, Pregão Eletrônico nº 51/2023; e) Vigência: 12 meses, contados de 22/01/2024 a 21/01/2025; f) Valor: R\$ 256.966,68; g) NE nº 2024NE000023 de 05/01/2024; h) Signatários: pelo Contratante, ALEXANDRE GOMES DE SOUZA JÚNIOR, e, pelo Contratado, ANTONIO ARISTIDES GOMES TAVARES.

EXTRATO DE CONTRATO

a) Processo: 021.495/2023-8; b) Espécie: CT nº 1/2024, firmado em 09/01/2024, entre a REPRESENTAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ (REP-CE) e a BS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 03.655.234/0001-21; c) Objeto: prestação de serviços de apoio administrativo para a REP-CE; d) Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, Pregão Eletrônico nº 50/2023; e) Vigência: 12 meses, contados de 22/01/2024 a 21/01/2025; f) Valor: R\$ 163.999,92; g) NE nº 2024NE000019 de 04/01/2024; h) Signatários: pelo Contratante, ALEXANDRE GOMES DE SOUZA JÚNIOR, e, pelo Contratado, ODERVALD URBANO DOS SANTOS FILHO.

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 103-TCU/SEPROC, DE 23 DE JANEIRO DE 2024

Processo TC 019.607/2022-9 -

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO Gentil Dory da Luz, CPF: 531.068.069-15, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5) valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, da Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 22/1/2024: R\$ 224.935,87; em solidariedade com a responsável RITA DE CÁSSIA VIEIRA - CPF: 953.336.309-68.

O débito decorre da(s) seguinte(s) irregularidade(s): a) divergência total ou parcial entre a movimentação financeira e os documentos de despesa apresentados; b) não comprovação da execução física do objeto pactuado; ou que caracterizam infração à(s) norma(s): Art. 10, XXII da Portaria 991/2008; Art. 25, 5ª da Portaria 991/2008; Art. 10, I, da Portaria 991/2008; Art. 10, XV da Portaria 991/2008.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19 da Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 22/1/2024: R\$ 233.778,43; b) imputação de multa (arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, da Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60 da Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br), clicando na aba "Carta de Serviços" e, em seguida, no link "Emissão de GRU".

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cadadado@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

EDITAL Nº 79-TCU/SEPROC, DE 23 DE JANEIRO DE 2024

TC 013.840/2016-9 -

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA CONHECER CONSULTORIA E MARKETING LTDA - ME, CNPJ: 07.046.650/0001-17, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 4514/2023-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Augusto Nardes, Sessão de 20/6/2023, proferido no processo TC 013.840/2016-9, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, a condenou a recolher aos cofres do

